



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
245

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0182162-9/01	
COMARÇA	: Tuparetama
EMBARGANTE	: JOSÉ MAURÍCIO MARCELINO LEITE, OBERDAN SILVA e JOZIBERTO DE MOURA BRITO
EMBARGADO	: 3ª Câmara Criminal do TJPE
RELATOR	: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA	: Adriana Gonçalves Fontes

EMENTA PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DA DEFESA NO SENTIDO DE QUE O ACÓRDÃO CONTÉM OMISSÃO NO PONTO REFERENTE À QUESTÃO DA CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. OMISSÃO QUE NÃO SE RECONHECE. PRISÕES CAUTELARES MANTIDAS, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA E GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUGA, INCLUSIVE, DE DOIS DOS ACUSADOS.

I -- Nas Razões do Recurso em Sentido Estrito, não houve apresentação de qualquer pedido específico de liberdade provisória dos recorrentes, ora embargantes.

II -- A prisão preventiva, mantida em sede de pronúncia, encontra-se motivada na necessidade da segregação dos acusados para se preservar a ordem pública, em razão de suas periculosidades, evidenciadas pelas circunstâncias do crime, bem como para assegurar a aplicação da lei penal.

III -- Embargos rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0182162-9/01, no qual figuram como partes JOSÉ MAURÍCIO MARCELINO LEITE e JOZIBERTO DE MOURA BRITO, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de Setembro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
246

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0182162-9/01	
COMARCA	: Tuparetama
EMBARGANTE	: JOSÉ MAURÍCIO MARCELINO LEITE, OBERDAN SILVA e JOZIBERTO DE MOURA BRITO
EMBARGADO	: 3ª Câmara Criminal do TJPE
RELATOR	: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA	: Adriana Gonçalves Fontes

RELATÓRIO

Os Embargantes **JOSÉ MAURÍCIO MARCELINO LEITE, OBERDAN SILVA e JOZIBERTO DE MOURA BRITO**, através de advogado legalmente habilitado, opuseram tempestivos Embargos Declaratórios (fls. 02/08), insurgindo-se contra o Acórdão de fls. 339, do Recurso em Sentido Estrito n. 0182162-9, em apenso.

Alegam a ocorrência de **omissão, obscuridade e ambiguidade**, pelo fato de os eméritos julgadores desta Terceira Câmara Criminal terem deixado de apreciar questão suscitada referente à concessão de liberdade provisória dos Embargantes, para que soltos possam aguardar a designação da data de seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Tuparetama.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Adriana Gonçalves Fontes ofereceu parecer (fls. 26/35), opinando que os presentes embargos sejam conhecidos para que haja apreciação do pedido de revogação das prisões preventivas dos embargantes, entretanto, que, no mérito, sejam desprovidos, mantendo-se a segregação cautelar dos embargantes por persistirem seus motivos autorizadores.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBU
JUSTIÇA
PE
247

VOTO DO RELATOR

Conforme já relatado, o fundamento dos presentes Embargos é a ocorrência de **omissão, ambiguidade e contradição** no Acórdão unânime, proferido no julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 0182162-9, e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário nº 80, de 07/05/2009.

A Ementa do referido Acórdão é a que se segue:

"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADA. PRELIMINARES DE NULIDADE DE SENTENÇA E FALTA DA APLICAÇÃO DO ART. 384, DO CPP. NÃO ACOLHIDAS. MATERIALIDADE COMPROVADA. ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES DA CO-AUTORIA OU DA PARTICIPAÇÃO.

I – Diante das qualificadoras do crime in casu, é inviável o provimento perseguido pelos Recorrentes, ante a regra do art. 413, do Código de Processo Penal, circunstância que evidencia o acerto da decisão recorrida, uma vez que ficou comprovada a materialidade do fato e estão presentes elementos probatórios suficientes sobre a autoria do crime.

II – Estão assentes os pressupostos necessários à pronúncia do réu, devendo o mesmo ser submetido a julgamento pelo Tribunal Popular, pois na fase do julgo de admissibilidade da acusação, é defeso ao julgador o exame aprofundado do conjunto probatório; a fim de não influir na convicção constitucionalmente soberana dos jurados.

III- Recurso improvido. Decisão Unânime".

De início, devo ressaltar que os confusos embargantes querem apenas corrigir **suposta omissão** quanto ao pedido de revogação das prisões preventivas, o qual não teria sido analisado no Acórdão, ora guerreado. Chega-se a essa conclusão a partir da análise do pedido de fl. 08. Vejamos:

"(...) como se vislumbra na interposição do recurso em sentido estrito, os embargantes pleitearam a concessão de sua liberdade até o julgamento. Contudo, o pedido não foi objeto de deliberação desse Douto Colegiado Criminal, acarretando a oposição e o acolhimento dos presentes Embargos Declaratório, para sanar a violação ao inciso II do art. 381 do Código de Processo Penal (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
248

Por ocasião do julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 0182162-9, não foi enfrentada a matéria aqui alegada omissa no acórdão, até porque o pedido de revogação das prisões preventivas dos embargantes e, em consequência, que fossem postos em liberdade até o julgamento popular, **não foi feito nas Razões do Recurso de fls. 285/296.** O que se pede claramente ao final das referidas Razões é que seja desclassificado o delito objeto da Sentença de Pronúncia para o crime de lesão corporal e, respondendo apenas por esse crime, **"consequentemente sejam colocados em liberdade"** (fls. 296).

O pedido, para que os 03 (três) embargantes, **JOSÉ MAURÍCIO MARCELINO LEITE, OBERDAN SILVA e JOZIBERTO DE MOURA BRITO** aguardassem o julgamento em liberdade, foi feito no Processo originário às fls. 279/281, pedido apresentado depois da Sentença de Pronúncia.

Os ora embargantes foram pronunciados em 13/11/2008, como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, II, III e IV, c/c art. 14 todos do Código Penal, com fundamento nos artigos 413, § 1º, 420, incisos I e II (fls. 271/275 dos autos principais).

Por ocasião da Decisão de Pronúncia, o Juiz monocrático asseverou que: *"durante a instrução criminal, ficou evidente através de depoimento da vítima, às fls. 177, que o motivo do cometimento do crime foi flagrantemente desproporcional ao resultado produzido, fútil, já que a origem do desentendimento entre vítima e o acusado Oberdan foi por conta de que, sem querer, em ocasião passada anos atrás, atingiu-o com um pedaço de vidro na testa. FRANCINALDO GOMES DA SILVA SOUTO confirma às fls. 179: '... que Oberdan quebrou uma garrafa de vidro e desferiu um golpe com gargalo no pescoço da vítima, não dizendo a razão de tal ato de Oberdan'."* (fl. 274 do Recurso em Sentido Estrito nº 0182162-9).

O douto Magistrado *a quo*, às fls. 282/283 do RSE nº 0182162-9, ao fundamentar sua Decisão que negou o pedido de liberdade provisória dos embargantes,, tomou por parâmetro algumas jurisprudências do STJ. Vejamos:

"A simples fuga do acusado do distrito da culpa, tão logo descoberto o crime praticado, já justifica a decretação de Prisão Preventiva. (RT 497/403).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



249

"Tem-se como justificado o decreto de prisão preventiva fundamentado na necessidade de preservar a regularidade da instrução criminal, e de assegurar a aplicação da lei penal, diante da comprovada periculosidade dos agentes e a gravidade do fato" (HC 78.901-3, São Paulo, 2ª, T., rel. Maurício Corrêa, 30.03.1999, v.u., DJ 28.05.1999, p. 7).

TCRSP: Para garantia da ordem pública, visará o magistrado, ao decretar a prisão preventiva, evitar que o delinquente volte a cometer delitos, ou porque é acentuadamente propenso às práticas delituosas, ou porque, em liberdade, encontraria os mesmos estímulos relacionados como a infração cometida" (JUTACRESP 42/58).

O réu **JOSÉ MAURICIO MARCELINO LEITE** foi preso em flagrante delito, no dia 15/07/2005, enquanto os demais réus evadiram-se do distrito da culpa logo após a prática do ato delitivo (fls. 241 do RSE nº 0182162-9). Contra o mesmo, pesa o fato de já ter sido processado e julgado em mais dois processos na Comarca de Tuparetama, pelo cometimento do crime previsto no artigo 121, c/c art. 14, II ambos do Código Penal (fls. 122 e 143).

Já contra **OBERDAN SILVA** e **JOZIBERTO DE MOURA BRITO**, pesa o fato de terem se evadido do distrito da culpa (fls. 77/78).

As circunstâncias concretas do crime e a folha de antecedentes criminais acostada às fls. 65, 82, 122 e 143, revelam o potencial ofensivo da conduta praticada. Os embargantes durante toda a instrução processual permaneceram presos por força de decisões judiciais de Primeira e Segunda Instância (fls. 77/78, 275, 282/283, 261/262 e 126 - HC nº 171938-6).

A decisão unânime da Terceira Câmara Criminal, no julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 0182162-9, não foi omissa, no que se refere à concessão da liberdade provisória dos embargantes, pois, repita-se, o pedido não foi apresentado nas Razões do mesmo Recurso. Entretanto, ao negar provimento ao Recurso interposto, **manteve a Sentença de Pronúncia em todos os seus termos** (fls. 355), ou seja, acolheu a fundamentação do Juiz monocrático para manter a custódia cautelar dos três réus pronunciados, ora embargantes. Considerou persistentes os motivos autorizadores da prisão cautelar dos embargantes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



250

Pelo exposto, não havendo nenhuma omissão, obscuridade ou ambigüidade a ser suprida na decisão colegiada da Terceira Câmara Criminal, **rejeito** os Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 10 de Fevereiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho -- Relator